

# As folias de reis em Ourinhos e Salto Grande (SP): por que e como estudar?

*The folias de reis in Ourinhos and Salto Grande (SP):  
why and how to research?*

RAFAELA SALES GOULART<sup>a</sup>  
FABIANA LOPES DA CUNHA<sup>b</sup>

<sup>a</sup> Doutoranda em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Assis, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).  
E-mail: rafa\_historia@hotmail.com

<sup>b</sup> Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus experimental de Ourinhos.  
E-mail: fabiana.cunha@unesp.br

A partir do estudo de doutorado recentemente iniciado sobre as folias de reis de Ourinhos e Salto Grande (SP) no período de 1950 a 2010, pretende-se justificar, neste texto, a escolha pela temática e pelo recorte espaçotemporal da pesquisa, apontando também para a importância da metodologia da história oral nesse empreendimento. Vale antecipar que as cidades em questão estão inseridas em uma região hoje vinculada ao Projeto Angra Doce e ao programa de cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, o que anuncia uma recente investida de políticas atreladas ao turismo no lugar, o qual, por sua vez, foi remodelado paisagisticamente a partir do represamento das águas do rio Paranapanema e Itararé para a construção da usina hidrelétrica de Chavantes (SP), iniciada em 1959. Em 1958, por sua vez, foi concluída a obra da usina hidrelétrica de Salto Grande, o que revela uma espécie de projeto desenvolvimentista nessa região que, conseqüentemente, passa a se modernizar. Assim, visto que as folias de reis, caracterizadas por práticas e costumes rurais, permanecem ativas nas cidades e no lugar mencionados, demonstra-se a importância de tomá-las como objeto de estudo para entender a história da região e da festa e sua possível salvaguarda.

Palavras-chave: folias de reis, Projeto Angra Doce, memória e patrimônio, turismo, história oral.

Based on a recently written doctoral study on the *folia de reis* of Ourinhos and Salto Grande (SP) between 1950 and 2010, this text aims to justify the choice for the subject as well as the site and period of the research while also indicating the importance of the oral history methodology in this endeavor. It is worth noting that the cities being studied are situated in a region today related to the Angra Doce Project and to the United Nations Global Compact cities program, which announces a recent onslaught of policies related to tourism in the place, which in turn had its landscape remodeled in accordance with the damming of the Paranapanema and Itararé rivers for the construction of the Chavantes (SP) hydroelectric plant, which started in 1959. At the same year, in turn, work on the Salto Grande hydroelectric plant was finished, which reveals a kind of developmental project in this region that becomes modern as a consequence of this. Thus, since the *folias de reis*, characterized by rural practices and customs, remain active in the region and in the aforementioned place, taking them as an object of study to understand the history of the region and the festival and its possible safeguard is significant.

Keywords: *folias de reis*, Angra Doce Project, memory and patrimony, tourism, oral history.

## INTRODUÇÃO

As folias de reis, também conhecidas como reisa-dos, ranchos, ternos ou simplesmente festas de Santos Reis, são celebrações advindas de um catolicismo popular que migrou para o Brasil junto com os colonizadores e, por aqui, remodelou-se dependendo das dinâmicas sociais das comunidades e lugares por onde passaram (JURKEVICS, 2005). Já no século 19, essa prática cultural foi assim registrada por memorialistas como o baiano Mello Morais Filho (2002), que chegou a mencionar sua recorrência em Portugal e Espanha do século 13. Como manifestação popular de longa duração, vale ressaltar que os significados socialmente atribuídos aos seus objetos, personagens, performances e símbolos variam e, em termos de realização, até o calendário pode ser readequado às necessidades dos foliões. Tradicionalmente, no entanto, o ritual ocorre entre os dias 25 de dezembro (culto ao nascimento de Jesus – Natal) e 6 de janeiro (culto cristão aos Santos Reis – Epifania<sup>1</sup>) (PERGO, 2007), datas que remetem à narrativa bíblica do período de viagem dos três reis magos (Gaspar, Melquior e Baltazar) que, guiados por uma estrela, saíram do Oriente em direção a Belém, lugar onde encontraram e presentearam Jesus<sup>2</sup>. Nessa jornada através do imaginário religioso (PESSOA; FÉLIX, 2007) e de expressões teatrais (PRIORE, 2000), grupos de foliões, cantores e devotos organizam-se para visitar comunidades rurais e urbanas, levando a elas músicas, objetos sagrados e orações em nome dos Santos Reis e da Sagrada Família (Jesus, Maria e José). Em contrapartida, como sinal de agradecimento, as comunidades recebem as bênçãos e presenteiam os grupos com prendas (alimentos, bebidas e dinheiro) que, ao final das visitas, são transformadas em um grande banquete, o qual é devolvido gratuitamente à população. Tal comemoração final representa o entrelaçamento dos vínculos sociais estabelecidos através da fé e crença não só nos santos, mas na boa vontade dos foliões, os quais (re) produzem seus costumes e memórias nas celebrações, tornando-as bem cultural, parte do seu cotidiano, histórias familiares e de vida.

1 “epí, ‘em cima’, e phanos, ‘aparicação’, porque a estrela apareceu no céu para indicar que Cristo era o verdadeiro Deus” (DE VARAZZE, 2003, p. 149).

2 Consultar livros de Mateus (1:18-22) e Lucas (1:26-37; 2:1-21) em Bíblia Sagrada (2000).

No caso das folias de reis a que nos delimitamos, já se constatou algumas reconfigurações que as desvinculam das tradicionais práticas de sua realização. Cabe aqui apontar que os questionamentos e hipóteses que delineiam esse novo recorte não foram casualmente obtidos, mas surgiram a partir de uma pesquisa de mestrado iniciada em 2013 e defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Assis, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (nº do processo: 2013/18136-6), com o título de *Sentidos da folia de reis de Florínea (SP): memória, identidade e patrimônio (1993-2013)* (GOULART, 2016). Tal pesquisa acabou gestando a produção de um livro pela Editora Alameda Editorial em 2017, com o apoio da Fapesp (nº do processo: 2016/22220-0)<sup>3</sup>. Nessa trajetória, além de analisar a temática específica da folia de reis na cidade de Florínea (SP), o que fez pensar a história da celebração popular em confluência com a história da cidade, foram acessados acervos documentais (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – Unesp/Assis e Centro de Documentação e Memória – Unesp/Ourinhos) onde constam a história das microrregiões de Assis, bem como de Ourinhos, ambas localizadas territorialmente na área administrativa de Marília (SP). Além da constatação de documentos, a experiência com a metodologia da história oral foi um diferencial para que chegássemos à observação de uma região que culturalmente se constrói a partir dos movimentos das folias de reis (circulação dos foliões no *giro* e em *encontros de bandeiras*).

No caso de Florínea, o considerado fundador da celebração, Sebastião Alves de Oliveira, foi também o reconhecido fundador da cidade pelo poder público local, o que ajudou na construção e manutenção da memória da folia de reis enquanto um bem cultural comum à sua população. Entretanto, é importante destacar que o atual status da festa foi uma conquista que se deu através do trabalho do próprio grupo detentor do bem cultural, o qual teve que se movimentar junto com o processo de urbanização daquela cidade, institucionalizando-se em Florínea (1993 – inauguração do lugar da festa: Parque de Tradições Benedito Sebastião de Paula; 2013 – oficialização da Associação Folclórica de Reis Flor do Vale de Florínea), como estratégia para manter viva a sua identidade.

Dessa maneira, e entre tantos outros ganhos, a pesquisa precedente também viabilizou o mapeamento das

3 Consultar Goulart (2018).

folias de reis presentes não só na microrregião de Assis, lugar onde se encontra a celebração de Florínea, mas na microrregião de Ourinhos<sup>4</sup>. Nesse aspecto, observou-se que a dinâmica das celebrações em Ourinhos e Salto Grande, por exemplo, contrapõem-se à de Florínea.

Existe apenas uma tese que se refere às folias de reis de Ourinhos, a qual diz que a festividade é anualmente realizada no mês de junho, em conjunto com a festa junina, no bairro rural de Ribeirão Grande (KODAMA, 2009); ou seja, fora do espaço urbano e do ciclo natalino (25 de dezembro a 6 de janeiro), comum à festividade. Já no caso de Salto Grande, observou-se que a celebração vem sendo realizada dentro da cidade. Entretanto, seu ritual de visitas à comunidade ocorre sem a presença tradicional dos mestres e cantores/instrumentistas, sendo estes alocados da cidade vizinha de Ribeirão do Sul e dos bairros rurais de Ourinhos somente para a realização da festa de encerramento, que ocorre no último sábado do mês de janeiro.

Reconhecida a dinamicidade de tal celebração de ordem religiosa, questiona-se: qual a importância do estudo das folias de reis para o melhor entendimento da história de uma região e para a própria história e preservação da celebração?

Ora, em função do lugar de estudo estar localizado em uma área de interesse turístico, garantida através do recente Projeto Angra Doce (2015), o qual se vincula nas cidades com o programa de cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), e também em função das comunidades foliãs estarem abertas a auxílios externos pelo fato de as festas estarem diminuindo ou se reconfigurando no lugar (ex.: participação dos foliões em festas e festivais de encontros de bandeiras em cidades diversas), chega-se à hipótese de que se promoverão na região (notaremos isso nas entrevistas que faremos entre 2019 e 2021) pesquisas e políticas públicas culturais que agregarão festas populares de ordem religiosa em seus projetos. Isso, por sua vez, sugere mapeamentos e pesquisas sobre as diversas celebrações e demais bens culturais que compreendem o patrimônio histórico do lugar.

Nesse sentido, o objetivo desta reflexão, que parte de um projeto maior de doutorado, é justamente refletir sobre a importância da escolha pela temática das folias

de reis e pelo recorte espaço-temporal que nos levou a tal proposta, apontando também para a importância da metodologia da história oral nesse empreendimento.

Assim, ao pesquisar os caminhos das folias de reis, via folclore ou cultura popular, nos campos intelectuais e institucionais brasileiros, é possível refletir sobre as atuais dinâmicas das festas nas cidades de Ourinhos e Salto Grande. Ressalta-se, no entanto, que as cidades foram escolhidas porque já a identificamos em pesquisa anterior e, além disso, como veremos mais adiante, a região na qual se inserem possui características históricas que foram assimiladas a partir da leitura de algumas bibliografias<sup>5</sup>, as quais não se debruçaram sobre a análise de memórias e histórias relacionadas às folias de reis no lugar no mesmo período que nos delimitamos. De todo modo, os estudos já realizados sobre as folias de reis no Brasil e sobre a história da região em questão, bem como a variedade documental que elencaremos, serão reunidos e poderão contribuir para novas perspectivas e questionamentos, não só sobre as memórias das folias de reis nas cidades, mas sobre a memória da celebração popular *de e para além de* Ourinhos e Salto Grande. Isto é, a discussão também servirá como base para reflexão de outras folias de reis que ainda não foram efetivamente reconhecidas em políticas públicas locais e de Estado e, sobretudo, refletirá sobre os desafios que envolvem a construção de identidades, de consciência e de políticas públicas relacionadas ao bem imaterial.

## OBJETIVOS

O objetivo geral deste artigo é demonstrar a relevância da escolha pela temática das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande, para o melhor entendimento da história do lugar e da própria celebração popular ainda presente nele. Para isso, elencaremos os seguintes objetivos específicos:

1. justificar a escolha pela temática e pelo recorte espaço-temporal da pesquisa;
2. apontar a importância da história oral como metodologia.

4 Na microrregião de Ourinhos existem folias de reis em: Ourinhos (bairros rurais de Ribeirão Grande e Córrego Fundo), Salto Grande, Ribeirão do Sul, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo e Bernardino de Campos.

5 Destaco as seguintes referências: Correa (1988), Monbeig (1984), Matos (1981), Penço (1980), Ricardo (1940), Giavara (2001).

## METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dos objetivos deste artigo de revisão bibliográfica, recorreremos inicialmente aos resultados da pesquisa anterior de mestrado (GOULART, 2018), que possibilitou o mapeamento de folias de reis presentes não só na microrregião de Assis, mas também de Ourinhos. Essa visualização de diferenças foi, portanto, problematizada a partir dos próprios delineamentos que distinguem a história das cidades que possuem as folias de reis, destacando-se, no caso de Ourinhos e Salto Grande, a especificidade de estarem hoje inseridas em uma região turística (Angra Doce) que surgiu justamente do represamento dos rios para a construção de usina hidrelétrica. Esse fator, considerado de impacto não só para a economia do lugar, mas também para sua cultura, nos fez repensar a possível condição do patrimônio imaterial nesse espaço a ponto de produzirmos um artigo justificando essa projeção de pesquisa.

Nesse âmbito de raciocínio, a metodologia da história oral contribui para o levantamento das imaterialidades que concernem às folias de reis, diretamente afetadas não só em função do movimento de urbanização e modernização do lugar, desde a inserção tanto da usina hidrelétrica de Chavantes quanto da usina hidrelétrica de Salto Grande, mas também em razão da escassez de políticas públicas locais que salvaguardem os patrimônios. Além disso, tal metodologia contribui com uma espécie de conscientização não só da comunidade diretamente envolvida no bem cultural, mas do próprio poder público que, ao conceder entrevista sobre esse tipo de manifestação cultural, pode repensar sua importância e seus desafios na atual conjuntura histórica das cidades que, por sua vez, se envolvem em um projeto turístico.

## DESENVOLVIMENTO

Entre os poucos registros que se têm sobre as folias de reis nas cidades brasileiras do século 19, destacamos os textos memorialistas de JeanBaptiste Debret (1975), José de Alencar ([19--?], originalmente publicado em 1855) e Mello Morais Filho (2002), os quais já fazem parte de um momento histórico cuja produção intelectual vai ao encontro de ideias e projetos políticos/institucionais que visavam o registro, a interpretação e também a construção de uma identidade nacional. No século 20, essa onda identitária, chamada por Marcos Napolitano (2014) de “Projeto Moderno” ou “longo modernismo” brasileiro, percorreu movimentos de vanguarda inaugurados na década de 1920 pela Semana

da Arte Moderna, perdurando até os anos que antecederam a ditadura militar, iniciada em 1964. Aliás, o historiador faz um mapeamento de importantes movimentos e projetos artístico-culturais de cunho nacional-popular, os quais, entre os anos de 1955 e 1964, visavam não só influenciar o Estado na superação do subdesenvolvimento, mas oferecer, em um momento chave de entrelaçamento entre política e cultura, um perfil nacional ao povo e ao Estado (NAPOLITANO, 2014). O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964) é um exemplo claro desse ideal de busca pelas tradições e “originalidades” manifestadas no interior do país.

Como estudado por Luiz Rodolfo Vilhena (1997), do *Projeto e missão*, que engajou o folclore brasileiro, foram criadas a Comissão Nacional do Folclore, em 1947, e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. Desse processo surgiram comissões estaduais, como a Comissão Paulista de Folclore (1947), a qual enviava para o interior de seu território representantes que tinham como objetivo registrar o folclore existente nas cidades<sup>6</sup>. Hoje, tal comissão possui núcleos<sup>7</sup> responsáveis por acompanhar as manifestações das culturas populares; no entanto, nenhum deles se encontra na região de Ourinhos e Salto Grande, o que nos leva a entendê-las, ao menos de início, como não diretamente beneficiadas pela entidade de viés cultural<sup>8</sup>. Essa observação, por sua vez, parece interessante de ser avaliada, ou seja, quais são,

6 Em pesquisa ao acervo documental do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, obtemos apenas seis notícias de jornais que divulgaram, entre 1959 e 1971, registros de Ourinhos e Salto Grande como detentores dos seguintes folclores: festas de São João, São Sebastião e Catira em ambas cidades e, em Salto Grande, também são registrados o Congo, Moçambique e Procissão das Águas.

7 Não há informações precisas sobre a localização dos núcleos. Consultar: <http://bit.ly/2Tzd5lw>. Acesso: 18 jun. 2018.

8 Constatou-se, no entanto, a participação da Companhia de Folia de Reis de Ribeirão Grande – Ourinhos, em 2007, no evento Revelando São Paulo, promovido pela Abaçá Cultura e Arte em parceria com a Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo. Essa participação é feita mediante e-mails/convites trocados entre a secretaria do programa, localizada em São Paulo, e secretarias municipais, sendo que a ida para o evento tem que ser de interesse do grupo festivo. Sobre as folias de reis e o Revelando São Paulo, há um estudo interessante publicado por Mônica de Carvalho (2010). Em “Folia de reis não é folia de rádio”, a autora constata que o evento não é bem visto pela comunidade festiva da Freguesia do Ó/São Paulo, pela fato de a celebração perder sua essência sagrada inicial, espetacularizando-se.

efetivamente, as intervenções do Estado, via políticas públicas (sobretudo de uma cultura popular), no lugar em que se localiza a pesquisa? Questão que se levanta, pois, a partir de meados do século 20, por exemplo, as regiões Sudeste e Sul do Brasil eram financeiramente e economicamente mais beneficiadas pelo governo federal, o que gerou inúmeras discussões institucionais sobre a desigualdade observada em outras regiões do país<sup>9</sup>.

O pressuposto dessa atual situação das políticas públicas em prol do desenvolvimento cultural, nesse sentido mais amplo, é que a *Política Nacional de Desenvolvimento Regional* (BRASIL, 2007), ainda que seja uma política do governo federal, em graus variados de atuação deveria convergir com outras políticas federais com que se articula, por exemplo, no Ministério da Cultura (diretamente responsável pelas políticas de forte impacto social). Tal política está condicionada a uma conformação setorial no governo federal que não permite a atuação e o diálogo dos ministérios e demais instituições federais em alguns locais (BRASIL, 2005). Mesmo considerando a microrregião de Ourinhos como estagnada<sup>10</sup>, a recente institucionalização dessa política regional, em 2007, e Projeto Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, de 2006, trazem indícios da precariedade de políticas públicas em diversas regiões e locais do Brasil. Isso, por sua vez, não só pode se refletir na atuação política dos municípios e governo paulistas nas folias de reis, mas também pressupor a precariedade de uma consciência social sobre os bens culturais de natureza imaterial no lugar e para além dele.

Junto a isso, encontram-se, na segunda metade do século 20, produções intelectuais que, embora representem o entrelaçamento entre projetos políticos e de cultura, abordam de forma distanciada a realidade social expressa em manifestações culturais do interior paulista. São exemplos dessa afirmação o *Dicionário do folclore brasileiro*, de Luís da

Câmara Cascudo (1954), o texto *Folias de Reis*, de Zaide Maciel de Castro e Aracy do Prado Couto (1977), e o texto *A folia de reis de Mossâmedes*, de Carlos Rodrigues Brandão (1977), produções que retratam as celebrações populares das folias de reis a partir da observação e registro de práticas comunitárias do Rio de Janeiro<sup>11</sup> e de Goiás. Esses dados ressaltam a relevância social da presente pesquisa.

A partir de 1985, com o esfacelamento da ditadura militar, surgem historiografias brasileiras que também trabalharam sob a perspectiva da cultura popular, as quais devem ser observadas juntamente com a chegada de novas problemáticas sobre a História Social que, assumindo novos objetos e abordagens sobre fontes documentais diversas<sup>12</sup>, ampliou os estudos sobre a cultura em sua multiplicidade, e sobre metodologias ligadas ao tempo presente, memória e oralidade. Essa perceptível guinada da historiografia, que se refletiu em produções bibliográficas brasileiras do início do século 21, proporcionou reflexões não só sobre movimentos sociais de cunho político, mas sobre manifestações culturais tais como as folias de reis<sup>13</sup>, práticas populares antes não estudadas pelo fato de a tônica de sua expressão não ser a escrita, mas sim a oralidade (FENELON, 1993). Entretanto, apesar dessa abertura historiográfica que, na maioria dos casos, é entendida pelas comunidades detentoras do bem cultural como valorização e legitimação do seu saber (FRADE, 2006), ainda são poucos os trabalhos que transcendem propriamente a descrição de seus objetos e a perspectiva local<sup>14</sup>, o que limita o entendimento de questões mais amplas que podem configurar sua atual situação.

9 A criação de órgãos públicos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em 1959, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 1966, exemplificam algumas medidas do Estado nas regiões Nordeste e Norte (ALVES; ROCHA NETO, 2014).

10 O Plano Executivo do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional identifica como microrregiões estagnadas aquelas cujo rendimento domiciliar é médio, mas o crescimento econômico é baixo, o que reflete o dinamismo das regiões em períodos passados e, em muitos casos, atuais estrutura socioeconômica e capital social consideráveis. Além disso, essas microrregiões apresentam um grau de urbanização relativamente elevado; ou seja, um percentual médio de 75,3% (BRASIL, 2005).

11 Câmara Cascudo (1954) chega a mencionar folias de reis da Bahia; no entanto, o faz a partir do estudo de Mello Morais Filho.

12 Destaco três referências da historiografia francesa organizadas por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976a, 1976b, 1995).

13 Destaco trabalhos sobre folias de reis defendidos em universidades dos estados de São Paulo (GOULART, 2016; HORTA, 2011; MACHADO, 1998; VICTORASSO, 2015), do Rio de Janeiro (BITTER, 2008; MAGNO, 2016), Paraná (LOPES, 2009; PINTO, 2010), de Minas Gerais (GOLOVATY, 2005), do Mato Grosso do Sul (MENDES, 2007), do Ceará (NUNES, 2007) e de Brasília (OUROFINO, 2009).

14 Destaco também estudos que trabalharam as folias de reis em alguns lugares do Brasil sob a perspectiva dos rituais (JURKEVICS, 2005; PERGO, 2007), da música (REYLI, 2014; TREMURA, 2004), dos símbolos (BITTER, 2008), dos personagens (BUENO, 2014) e da educação e aprendizagem popular (PESSOA, 2007).

Além desse fator, na microrregião de Ourinhos, o único estudo encontrado sobre a temática da folia de reis foi a tese de doutorado de Katia Kodama (2009), *Iconografia como processo comunicacional da folia de reis: o avatar das culturas subalternas*, a qual se situa na área de Interfaces Sociais da Comunicação, defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. No texto, a autora aponta que os interesses das elites econômicas de Ourinhos, que não tinham raízes na cidade, se sobreponham à população e às manifestações culturais locais. Ela afirma que, embora Ourinhos tenha sido conhecida como “cidade do coração de ouro” por ser entendida como hospitaleira e, por isso, ainda contemplar várias festividades, a folia de reis, por exemplo, foi marginalizada com a chegada dos cinemas e teatros na cidade. Além disso, Kodama (2009) menciona que nas periferias, onde ocorre a folia de reis, germina uma cultura desconhecida que se solidariza com os migrantes do corte de cana. Nesse aspecto, embora a pesquisa localize a comunidade de folia de reis na história de Ourinhos e região, não esmiúça por que, de quem e por quem as folias de reis são desconhecidas e por que essa cultura se solidariza com os migrantes do corte de cana, assuntos que nos encaminham para uma investigação das possíveis relações conflituosas vividas entre foliões e elites econômicas, políticas e culturais, ou mesmo para uma análise de como se dão os impactos dessa modernização acelerada e da posterior inserção do agronegócio na microrregião de Ourinhos, no final do século 20. Isso sem falar que a pesquisa não objetivou trabalhar com a questão do lugar do bem cultural nas cidades, elementos que refletem sobre a escassez e as problemáticas que envolvem a constituição de políticas públicas sobre as folias de reis, que é um exemplo de celebração que integra um campo mais amplo de manifestações culturais de natureza religiosa.

Sobre esse último caso, no entanto, identificou-se o estudo de Marluce Reis Magno (2016), *Culturas populares, políticas públicas e patrimonialização: (des)encontros na folia de reis de Valença, Rio de Janeiro*. Nele, a autora apresenta um estudo similar ao que realizamos no mestrado (GOULART, 2016). Através de uma Associação que contempla diferentes grupos de folias de reis do município de Valença (RJ), Magno analisa a relação que se estabelece entre as comunidades foliãs e o Estado, refletindo sobre políticas públicas e atentando para impactos dessas construções patrimoniais na identidade dos grupos. Há que se destacar que, ao contrário do que ocorre com os grupos festivos de Ourinhos e Salto Grande, as folias de reis daquele lugar já se constituíram como

associação e, além disso, diferente do que ocorreu em Florínea, o grupo valenciano possui um ativo líder na Associação, o qual acabou se engajando em projetos culturais, mediado por um pároco local e em parceria com a prefeitura da cidade, o que anuncia uma espécie de adequação dos grupos às demandas de patrimonialização estabelecidas pelo Estado.

Mas retomemos as discussões que iniciamos anteriormente sobre os movimentos institucionais importantes à abertura de consciência sobre cultura, memória e patrimônio no fim do século 20. Aponta-se, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005), a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) por Aloísio Magalhães em 1975, a transformação da Campanha em Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Arte em 1976, e, em 1979, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, responsável por implementar a política de preservação da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando-a ao Programa de Cidades Históricas e ao CNRC. Essas medidas contribuíram fortemente para a noção legal de patrimônio, o qual foi descrito como “material” e “imaterial”<sup>15</sup> no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (GOULART, 2016). Passados 20 anos, instituiu-se em 2000 o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, mediante o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto. No mesmo ano, houve também a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais, metodologia voltada para a identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais e com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas de preservação dos patrimônios (IPHAN, 2000). Nesse aspecto, para obter reconhecimento/registo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os patrimônios imateriais precisam ser inicialmente inventariados, processo que necessita do interesse inicial e da participação efetiva da sociedade civil nas políticas de preservação de seus bens culturais. Posteriormente a esse trâmite são criados dossiês e planos de salvaguarda, que se concretizarão como políticas públicas.

Mesmo que tais passos tenham sido dados com relação ao reconhecimento dos patrimônios imateriais brasileiros, vale dizer que as folias de reis ainda não foram nacionalmente reconhecidas como bens culturais

15 A noção legal de patrimônio imaterial baseia-se no conceito de bem cultural desenvolvido há uma década no CNRC.

pelo Iphan, havendo apenas um inventário, o das Folias de Reis Fluminenses, que foi realizado e proposto ao órgão público para análise, em 2016, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e atualmente está sendo tramitado<sup>16</sup>. Nesse caminho, esses indícios nos levam a investigar os papéis desenvolvidos tanto pelas superintendências regionais do Iphan quanto pelos órgãos estaduais de patrimônio e possíveis conselhos municipais de preservação. Faz-se necessário pensar suas relações ou distanciamentos e pensar também sobre os interesses sociais dos detentores dos bens culturais.

É importante refletir sobre esses desdobramentos históricos percorridos em nome da cultura popular para pensar a questão da memória e do patrimônio no Brasil. Grosso modo, os caminhos de construção de uma identidade nacional – e isto desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 1930 – tinham um viés homogeneizante de cultura. Já agora, ao contrário, o interessante é o diferente<sup>17</sup> e, portanto, as culturas populares encontram-se em um espaço de discussão mais amplo e democrático (FONSECA, 2005). O reconhecimento da dinâmica e das especificidades do patrimônio imaterial, para dadas sociedades, é avaliado como importante pelos órgãos públicos do Estado e é apresentado dessa maneira na própria descrição do conceito de patrimônio pelo Iphan<sup>18</sup>. Entretanto, vale ressaltar que elas apontam para o reconhecimento “do diferente” nas regiões brasileiras, não havendo ainda um olhar mais específico para as políticas locais. Isso dificulta o próprio entendimento e valorização, pelas comunidades e representantes dos órgãos públicos municipais, do que seriam seus bens culturais e da importância de políticas em prol das manifestações culturais de essência popular e rural, tais como as folias de reis. Finalmente, essa constatação parece relacionar-se às atuais dinâmicas das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande que,

ainda sobreviventes nos locais, correm o risco de desaparecer, seja por falta de consciência sobre o patrimônio, o que implica uma nova geração despreocupada com o bem cultural, seja por disputas ou *esquecimentos/silenciamentos* (POLLAK, 1989) que precisam ser estudados para contribuir com a memória e com a história dessa sociedade local, possibilitando, ainda, reflexões historiográficas sobre questões que envolvem memória, patrimônio e políticas públicas. Portanto, todas essas concepções que se encontram no campo das ideias e que em nosso doutorado se projetam, unidas a uma trajetória de pesquisa anterior, sustentam a defesa do objeto de pesquisa bem como a relevância social da proposta.

Se até aqui descrevemos uma trajetória da folia de reis via cultura popular nos campos intelectuais e institucionais brasileiros das décadas de 1950 e 2010, o que atende a uma das problemáticas do texto, precisamos agora justificar o nosso recorte temporal, o qual pode sinalizar as possíveis (re)configurações das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande, em conjunto com a história dessas cidades e da região. Em um primeiro momento é importante dizer que as principais produções bibliográficas que dizem respeito ao lugar de estudo apresentam abordagens que partem de uma história econômica e política e, portanto, versam sobre os principais meios e símbolos da penetração capitalista em direção ao oeste do país, seja pelo rio Paranapanema ou pela produção do café, a qual foi potencializada com a chegada dos trilhos e estações da Estrada de Ferro Sorocabana (CORREA, 1988; GIAVARA, 2001; MATOS, 1981; MONBEIG, 1984; PENÇO, 1980; RICARDO, 1940). Dessa maneira, as histórias da região e das cidades estão amplamente refletidas e delimitadas à primeira metade do século 20.

Entre as referências encontra-se a dissertação de Eduardo Giavara (2001), *O sonho iluminado: a hidrelétrica de Salto Grande: memória e representação*. Sua análise indica que acontecimentos presentes na região, a partir da década de 1950, foram relevantes em termos de desenvolvimento econômico e mudanças de hábitos sociais. Embora o autor tenha utilizado o espaço de Salto Grande para discutir o complexo hidrelétrico brasileiro (de fins do século 19 para fins do 20), sua participação na modernização do país, bem como as discussões entre setores público e privado, possibilitou também, através da reflexão sobre construção da usina hidrelétrica Lucas Nogueira Garcez, inaugurada por Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, em 1958, a percepção de um processo histórico local responsável pela remodelação de práticas e costumes sociais que se deram junto com a urbanização da cidade.

16 Todas as informações que dizem respeito ao Iphan, podem ser encontrados no seguinte website: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso: 17 mar. 2019.

17 Stuart Hall (2001, p. 77) aponta essa “fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’” como uma contratendência à cultura hegemônica.

18 “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, [20--?]).

Outra constatação interessante trazida por esse trabalho é que, passados “os ares da modernidade” pelo local, a cidade estabilizou-se, não apresentando na contemporaneidade um significativo crescimento e fluxo de pessoas, exceto quando se trata de um turismo local atraído para a praia de águas doces de Salto Grande, resultante, inclusive, do represamento das águas do Paranapanema para a construção da usina hidrelétrica. Vale ressaltar, no entanto, que Giavara (2001), mesmo observando as mudanças de hábitos sociais no lugar, não se debruçou sobre o estudo das memórias sobre as ressignificações de suas manifestações culturais, o que justifica uma de nossas propostas, por exemplo, em aplicar a metodologia da história oral na investigação dos atores das folias de reis locais, bem como de figuras representativas delas.

Visto isso, é importante frisar a relevância do presente trabalho também pelas fontes orais. A metodologia da história oral será fundamental na pesquisa, uma vez que as celebrações populares tais como as folias de reis, sobretudo as que delimitamos, raramente apareceram registradas em estudos acadêmicos, documentos oficiais e nas folhas de jornais da região. Esse fator, por si só, já define a importância da escolha metodológica, já utilizada por intelectuais como Paul Thompson (1998), Alistair Thomson (1997), Janaina Amado (1997), Alessandro Portelli (1997) e Verena Alberti (2008).

De maneira geral, a principal questão a se fazer às fontes orais é: o que as memórias, produzidas no tempo presente, dizem sobre o passado? Para Alistair Thomson (1997), a reconstrução de reminiscências ou *composição* de memórias é resultado dos sentidos que damos, no presente, às experiências do passado, de modo que tal composição resulta na restituição apenas daquilo com que se quer conviver. Nesse aspecto, mesmo respeitando os ditos e não ditos nas entrevistas, as memórias nos encaminham a entrelinhas interpretativas que podem proporcionar novas questões a serem feitas e resolvidas ao longo da pesquisa.

O passado investigado, como se disse, é produto de memórias individuais e coletivas provenientes dessa sociedade que, mesmo localizada em determinado espaço, possui relações mais amplas (MASSEY, 2000; REVEL, 2010), por exemplo, com políticas e mentalidades instituídas pelo Estado (documentos oficiais das áreas de cultura, turismo, educação) e pelos veículos de comunicação (imprensa) que discorrem sobre o que é cultura e patrimônio ao longo dos tempos, o que remete a um campo de conflitos entre memórias e identidades. Como, por exemplo, se concebe uma consciência de cultura popular e patrimônio cultural

comum diante das realidades sociais produzidas no fragmentado mundo moderno e globalizado que, como aponta Stuart Hall (2001), é alimentado por mudanças rápidas, constantes e permanentes?

Para François Hartog (2015), o apelo à noção de patrimônio surge justamente de crises no regime moderno de historicidade, o qual proporcionou, principalmente através do capitalismo globalizante, rápidas mudanças em termos de tempo e espaço, ascendendo nas sociedades o presentismo e a imediata busca por identidades pautadas em um passado comum, por vezes inventado sob legados invariáveis e tradicionais, como apresentou Eric Hobsbawn (HOBSBAWN; RANGER, 1997). Esse apelo ao patrimônio, no entanto, não parece vinculado, no viés do poder público brasileiro, aos bens de natureza imaterial, tais como as folias de reis das cidades.

Assim, esse campo de conflitos em que se encontram as memórias, identidades e patrimônios deve ser investigado a partir dos conceitos de *enquadramento* e *esquecimento/silenciamento* de memória, de Michael Pollak (1989), *campos de disputas* e de *poder simbólico*, de Pierre Bourdieu (1989), e *lugar de memória*, de Pierre Nora (1993), os quais também explicam o critério de seleção das demais fontes elencadas para a pesquisa de doutorado, isto é, imprensa local, atas, projetos de lei, leis, decretos, portarias, estatutos, pareceres, cartas patrimoniais que condensam o universo documental/material, podendo, assim, complementar as possíveis lacunas das fontes orais e até mesmo possibilitar outros questionamentos acerca destas (ALBERTI, 2008). Trata-se, portanto, de um arsenal documental que é produto de, e pode produzir, uma materialização de memória e, por esse fato, deve ser desnaturalizado nessa empreitada, fazendo-se leitura e compreensão de discursos que, como diria Foucault (2013), constituem-se para além da ordem do que é escrito.

Com relação ao trabalho de crítica e interpretação das fontes orais, elas deverão se basear na ideia de que a memória é algo socialmente construído, o que demanda atenção ao que Michael Pollak (1989) chama de *memória enquadrada*. De acordo com o autor, essa memória pode ser entendida como um conjunto uniforme de discursos emitidos pelo Estado ou por ideologias partidárias buscando a legitimação de uma memória nacional. Nesse aspecto, e ainda lembrando as palavras de Pierre Nora (1990) sobre memória coletiva, o trato da documentação da pesquisa deverá levar em consideração que a busca pela consolidação de uma memória pode se materializar não só em

jornais e documentos oficiais, mas também nos relatos orais. Dessa maneira, todas essas memórias têm muito a dizer sobre perspectivas e projeções identitárias e de políticas públicas ligadas aos bens culturais. Todos esses projetos, por exemplo, podem criar uma mentalidade que produz, ou não, consciência social sobre a própria memória e patrimônio cultural, o que ajuda a entender as intencionalidades tanto das comunidades locais quanto das estratégias de Estado sobre as folias de reis nas cidades de Ourinhos e Salto Grande e para além delas.

Michael Pollak (1989) também atenta para os *esquecimentos/silenciamentos* de memória, os quais serão investigados a partir dos ditos e não ditos nas fontes. Nesse aspecto, vale lembrar dos *campos de poder simbólico*, assim estabelecidos por Pierre Bourdieu (1989), bem como dos estratégicos *lugares de memória* mencionados por Pierre Nora (1993), isto é, dos espaços de disputa construídos sob dada intencionalidade e que pretendem a internalização de uma memória e identidade, assuntos que devem ser analisados nos documentos já que fundamentarão interpretações que vão além da história das folias de reis, das cidades e da região em questão, condensando também a trajetória da memória e do patrimônio como assuntos que se constituem em um campo conflituoso de poder. Ora, qual o lugar da memória, do patrimônio e, conseqüentemente, das folias de reis nas mentalidades dos grupos e nas políticas públicas das cidades? E como a trajetória histórica desses assuntos, entre as décadas de 1950 e 2010, nos possibilita explicar seu atual status na contemporaneidade?

Por fim, ou como dissemos de início, a justificativa e defesa da pesquisa se dão a partir de seu recorte espaço-temporal e da metodologia adotada. De fato, o período a ser analisado aponta para o início das políticas públicas de salvaguarda e do estudo da cultura popular no Brasil, através de registros do folclore, depois transformados, no campo intelectual e institucional, em memória e patrimônio. Por sua vez, essa trajetória histórica da folia de reis fez com que percebêssemos a sua importância como objeto de estudo, importância essa que vem atrelada à necessidade de registro dos sentidos e especificidades da festa e da comunidade que a pratica em dado lugar. Ao mesmo tempo, percebeu-se a escassez, no período, de estudos sobre a história das cidades e da região de Ourinhos e Salto Grande, o que enfatiza uma outra problemática que pretendemos resolver no doutorado, ou seja, o que essas histórias podem dizer

sobre o atual status das folias de reis nas cidades e para além delas? Nesse sentido, como a micro-história das folias de reis se une à macro, isto é, ao reconhecimento dessa cultura em instituições do governo e Estado, reconhecimento que pode reverberar ou não em políticas públicas cidadinas e na própria produção de consciência social sobre o patrimônio cultural?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista as intenções do artigo em demonstrar a importância de tomar as folias de reis como objeto de estudo não só para entender a história da região, mas também a própria história da celebração popular, a qual foi reconfigurada ao longo desses 60 anos em que delimitamos o estudo e, além disso, de mostrar a importância do próprio encaminhamento metodológico que serve também como base para outros estudos que visam salvaguardar bens imateriais na região, os objetivos aqui propostos foram atingidos.

Em duas entrevistas de história oral já realizadas com foliões de Ourinhos e Salto Grande, bem como a partir das primeiras observações em pesquisa participativa na região, pudemos constatar que os foliões, embora se identificassem com bandeiras específicas de folias de reis de suas cidades/bairros, costumam acompanhar e até contribuir no processo de organização das celebrações de Ourinhos (bairros rurais de Ribeirão Grande e Córrego Fundo), Salto Grande, Ribeirão do Sul e São Pedro do Turvo, além de participarem anualmente de encontros de bandeiras que ocorrem nas cidades de Assis, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo. Essas ações foram consideradas importantes para os entrevistados, visto que contribuem para a continuidade da celebração no lugar, mesmo que de forma reorientada e ressignificada.

Nesse aspecto, é importante dizer também que os foliões compartilham da ideia de possível desaparecimento das celebrações após o falecimento dos integrantes mais antigos do grupo e, assim, indicam a sua preocupação com a manutenção da festa, a qual necessita não só das ações já realizadas por eles, como é o caso do auxílio em outras bandeiras e da participação em eventos de folias de reis na região, mas também de auxílios externos, que podem partir dos representantes políticos locais, do Estado e da sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155202.
- ALENCAR, J. **Ao correr da pena**. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [19--?].
- ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 311338, 2014.
- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 145155, 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BÍBLIA Sagrada. 137. ed. Edição Pastoral Catequética. São Paulo: Ave Maria, 2000.
- BITTER, D. **A bandeira e a máscara**: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de reis. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **A folias de reis de Mossâmedes**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1977. (Cadernos de Folclore, v. 20).
- BRANDÃO, C. R. **Sacerdotes de viola**: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BRASIL. Ministério de Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, DF: Ministério de Integração Nacional, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 fev. 2007.
- BUENO, A. P. **Palhaços da cara preta**: pai Francisco e Catirina, Mateus e Bastião, parentes de Macunaíma no boi, cavalo-marinho e folia-de-reis – MA, PE, MG. São Paulo: Edusp, 2014.
- CÂMARA CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1954.
- CARVALHO, M. Folia de reis não é folia de rádio. **Tempo social**, v. 22, n. 2, p. 217239, 2010.
- CASTRO, Z. M.; COUTO, A. P. **Folias de reis**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1977. (Cadernos de Folclore, v. 16).
- CORREA, A. M. M. **Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema (1920-1930)**. Tese (Livre Docência em História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1988.
- DE VARAZZE, J. **Legenda áurea**: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DEBRET, J.-B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1975. (Tomo 2, v. 3).
- FENELON, D. R. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7390, 1993.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FRADE, C. Universidade e cultura popular. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 715, 2006.
- GIAVARA, E. **O sonho iluminado**: a hidrelétrica de Salto Grande: memória e representação. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.
- GOLOVATY, R. V. **Cultura popular**: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis – 1945-2002.

2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- GOULART, R. S. **Sentidos da folia de reis de Florínea (SP):** memória, identidade e patrimônio (1993-2013). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.
- GOULART, R. S. **Sentidos da folia de reis:** um estudo da memória e da identidade da celebração popular em Florínea/SP. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HORTA, A. P. S. **Os reis da canastra:** os sentidos da devoção nas folias. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** INCR 2000: manual de aplicação. Brasília, DF: Iphan, 2000.
- IPHAN–INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio imaterial. *In:* IPHAN. Brasília, DF: Iphan, [20--?]. Disponível em: <http://bit.ly/2wOnwKo>. Acesso: 17 mar. 2019.
- JURKEVICS, V. I. Festas religiosas: a materialidade da fé. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 43, n. 2, p. 7386, 2005.
- KODAMA, K. M. R. O. **Iconografia como processo comunicacional da folia de reis:** o avatar das culturas subalternas. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História:** novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976a.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976b.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LOPES, A. C. **O adeus às violas:** as companhias de reis da região dos Cinco Conjuntos no município de Londrina/PR: estudos históricos acerca do catolicismo tradicional popular brasileiro e a formação dos mestres-rituais a partir da mobilidade social da região. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- MACHADO, M. C. T. **Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais:** caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950-1985). 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- MAGNO, M. R. **Culturas populares, políticas públicas e patrimonialização:** (des)encontros na Folia de Reis de Valença, Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. *In:* ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p. 176185.
- MATOS, O. N. **Café e ferrovias:** a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.
- MENDES, L. A. S. **As folias de reis em Três Lagoas:** a circularidade cultural na religiosidade popular. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984. (Geografia: teoria e realidade).

MORAIS FILHO, M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília, SP: Senado Federal, 2002.

NAPOLITANO, M. A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia histórica da cultura brasileira antes do golpe de Estado de 1964. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 418428, 2014.

NORA, P. Memória coletiva. In: LE GOFF, J. **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990. p. 451454.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 728, 1993.

NUNES, C. **O reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente**: uma proposta para a implementação da Lei nº 10.639/03. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

OUROFINO, J. V. M. **A folia de reis em São Braz de Minas**: a migração, as transformações locais e o imaginário religioso. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

PENÇO, C. C. F. **A “evaporação das terras devolutas” no Vale do Paranapanema**. 1980. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

PERGO, V. L. **Os rituais na folia de reis**: uma das festas populares brasileiras. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2weEO2U>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PESSOA, J. M. Mestres de caixa e viola. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 6383, 2007.

PESSOA, J. M.; FÉLIX, M. **As viagens dos Reis Magos**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

PINTO, J. L. D. **Os espaços da Folia de Reis em Maringá-PR**: o grupo Unidos com Fé. 2010. Dissertação

(Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 315, 1989.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 1349, 1997.

PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REILY, S. A. As vozes das folias: um tributo a Elizabeth Travassos Lins. **Debates**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 3553, 2014

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434444, 2010.

RICARDO, C. **Marcha para oeste**: a influência da bandeira na formação social política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 5171, 1997.

TREMURA, W. A. **With an open heart**: folia de reis, a Brazilian spiritual journey through song. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Music, Florida State University, Tallahassee, 2004.

VICTORASSO, P. H. **A folia de reis da Companhia de Reis Fernandes em Olímpia/São Paulo (1964-2014)**: entre o sagrado e o profano. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

VILHENA, L. R. **Projeto e missão**: o movimento folclorista brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.